

O preconceito subjetivo como entrave ao ensino de culturas caracteristicamente de origem africanas

Liliane Rodrigues de Souza*
Sérgio Rodrigues de Araújo**

Introdução

A práxis docente jamais pode ser entendida como um ato isolado de todo o ambiente que envolve os atores e da ação destes resulta na possibilidade de interpretação do fenômeno da aprendizagem e, em especial da formação da estrutura personológica do estudante. Destaca-se neste mecanismo, aquele que ensina e aquele que aprende; ambos indivíduos ativos, marcados pela subjetividade que os construiu e pela expectativa de uma formação; logo, nada disto pode ser ignorado, porque ao fazer isto, tem-se que ambos os envolvidos no processo didático terminam escravizados por uma situação de controle externo que os exortam a seguir uma linha de raciocínio subjetivo desmentindo seu modo de expressar e de compreender coisas as quais se fazem necessárias ações efetivas e eficazes de raciocínio e reflexão, uma vez que se tratam de fenômenos filogenéticos e culturais, podendo cair no grave risco de interpretar determinadas atitudes como algo consensual e na sequência, torná-la corriqueira. Este é o problema que vem acontecendo com os processos didáticos quanto ao ensino e à aprendizagem de conteúdos de matriz africana.

O ensino de conteúdos de matrizes africanas encontra diversos entraves na escola regular, especialmente pelo fato de que toda uma cultura branca, europeia, protestante, judaico-cristã permeou a formação do Estado Brasileiro desde a chegada dos colonizadores, no século XVI, e a forma que encontraram para barrar uma cultura tão forte como a africana foi a demonização da mesma e de seus conteúdos epistemológicos e gnosiológicos. Na esteira disto, a educação de orientação jesuítica cuidou de sobrevalorizar a cultura europeia e seus princípios, em detrimento do

* Mestre em Educação. Pedagogia na Prefeitura Municipal de Serra - ES.

E-mail: liliaraujoe10@hotmail.com

** Pós-Doutor em Psicologia. Instituto Educacional Athena.

E-mail: srgrodriguesdesouza@gmail.com.

menosprezo da cultura daqueles que se encontravam em estado de subjugo, apesar de demonstrarem um nível elevado de espiritualidade e de conhecimentos técnicos. Os padres criaram todo um juízo de valor pejorativo sobre os costumes, tradições e princípios africanos que os tornaram objeto de horror¹.

Este tipo de atuação didática fez com que desde pequenas, as crianças crescessem aprendendo a evitar estas situações de aproximação com os elementos tradicionais das culturas de matriz africana por medo da punição divina. Esta interpretação subjetiva, com relação ao tema, faz surgir o que chamamos aqui de *preconceito subjetivo*, que pode ser traduzido por medo a algo que não se conhece; no máximo, tem-se uma visão [de]formada sobre o assunto e isto vai sendo levado pela vida afora e, mesmo depois de graduado, de ter atingido um determinado grau de esclarecimento intelectual, o sentimento de medo persiste, como um amálgama [*não resolvido*], o que faz com que na aplicação de sua práxis pedagógica, o profissional da educação não consiga pensar e muito menos atuar de maneira interdisciplinar e quando aborda o tema sobre culturas de matrizes africanas, o faz de modo superficial e o preconceito aparece em sua própria dificuldade de expressão ideológica.

Este é um problema que vem permeando a educação brasileira que, mesmo tendo criado uma lei que obriga os currículos escolares a inserirem temas de matiz afro, fato que, por si só, já demonstra o descaso com toda a formação histórico-cultural e filogenética da nação, porque os africanos que aqui aportaram trouxeram consigo toda uma gama de valores e instrumentos técnico-metodológicos que iriam auferir grandezas de caráter epistemológico e gnosiológico a um povo que ainda seria formado, dado que aqui habitava um único grupo nativo, denominados de índios pelos colonizadores, por causa de interpretação geográfica errônea cometida pelos navegantes.

Os africanos, em sua terra natal, já se constituíam como uma nação sólida e que possuía toda uma cultura consolidada em diversos campos do saber humano, indo desde a escrita, a literatura, a medicina, a agricultura, a astronomia, a engenharia de minas, religião, extração de minerais e outras vertentes que, por causa do regime a que foram submetidos quando aportados no Brasil, foram impedidos de exercer, como uma forma de dominação absoluta.

No entanto, o *stablishment* sabia bem que não bastaria a proibição pela proibição, porque isto era abstrato por demais para ter efeito prático; necessitava-se criar um mecanismo que, uma vez aplicado à realidade objetiva e sobre o objeto-alvo, ele próprio

¹ O vocábulo *horror* é compreendido, de modo semântico, como *aversão*.

alimentaria a máquina repressora, tornando-se mais poderoso a cada tentativa de superação por aqueles que estavam sob seu jugo direto. É aí que elaboram o processo de pré-conceito subjetivo, maquinação que a Igreja Católica aprovou e que, com seu cristianismo institucional, cuidou de fomentar o terror nas mentes apavoradas de um povo que começava a se formar.

Assim que, toda uma construção mística de negação dos preceitos africanos foi sendo implantada de modo insurgente no espírito e na cultura dos brasileiros, via religião, via educação jesuítica, via contos que, para um povo aprisionado em meio a uma terra selvagem e coberta de mata, como eram as terras brasileiras, tudo aquilo pareceu bem real. Mesmo quando a educação se amplia, isto depois de mais de 300 anos de colonização europeia, a condição de construção do sentimento de superioridade dos atributos dos brancos sobre aqueles atribuídos, originalmente, aos africanos e, conseqüentemente, aos seus descendentes (afro-brasileiros) continuou como uma tradição arraigada nos mecanismos psicológicos de ação didático-pedagógicas, expressas sempre de forma subjetiva.

O preconceito subjetivo quanto aos afrodescendentes e sua expressão cultural

O principal problema enfrentado é aquele para o qual não se conhece a sua real dimensão, porque subexiste, mascarado sob diversas formas sutis de enfrentamento que não se apresentam de modo aberto aos que sofrem seus impactos. Com a cultura afro-brasileira, isto vem ocorrendo desde a diáspora africana, em que os africanos foram trazidos para cá, porque ocorreu que, ao chegarem ao Continente Africano, os futuros colonizadores (os portugueses) se depararam com uma civilização já consumada em todos os seus aspectos culturais, incluindo um sistema político de governo bastante organizado.

Isto representou um duro golpe, porque esperavam encontrar um povo com uma economia retrógrada, com um sistema arcaico de governança política e sem estrutura educacional, coisa que se mostrou contrária ao pensamento que os europeus faziam dos povos que não pertencessem ao continente.

Esta condição já deixa claro que havia um pré-conceito estabelecido sobre os habitantes das regiões africanas ainda inexploradas pela cultura branca e aqui, abre-se a necessidade de explicar o sentido semântico de pré-conceito, em que este se trata de um conceito formado *a priori*, isto é, antes que se tenha o mínimo de conhecimento sistemático sobre o objeto do qual se pretende abordar e na ânsia da vaidade, cria-se uma visão de inferioridade que começa a fazer vulto em todo o continente, auxiliado

pela Igreja Católica que buscava novos domínios para expandir seus ensinamentos de fé cristã.

No *Caderno de luta contra a discriminação*, produzido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem-se a seguinte definição de preconceito: “[...] opinião formada sem conhecimento dos fatos; julgamento feito sem reflexão; ideia antiga a rotineira que não se apóia em provas e argumentos sérios; conceito antecipado; superstição” (SÃO PAULO, 1987, p. 10).

No caso do *preconceito subjetivo*, este apresenta um efeito ainda mais catastrófico, porque aquele que o expõe contra um determinado grupo, no caso colocado neste trabalho contra toda uma cultura e não necessariamente contra um povo, dado que os afrodescendentes que estão, no Brasil, são cidadãos brasileiros e isto não pode ser ignorado por nenhuma das partes, sob pena de perder-se uma identidade conquistada já por séculos e que é consolidada nas inúmeras constituições que formam o escopo jurisdicional da Nação Brasileira.

Quando ocorre a presença da Companhia de Jesus em terras brasileiras, o primeiro cuidado que tomaram foi o de colocar toda e qualquer religião que não fosse a Cristã Romana sob suspeita e implantaram o terror sobre os nativos e quando os africanos aqui chegam, trazidos em comitivas que vinham carregando toda uma bagagem cultural elevada, não houve outra saída senão a de criar estereótipos de todas as formas sobre estes e seus processos culturais-filogenéticos, deturpando, negativando tudo o que se relacionasse a eles, direta e indiretamente.

Não foi difícil encontrar adeptos para as teorias infundadas dos professores da Companhia de Jesus acerca dos africanos, porque estes últimos estavam em condição de servidão extrema, isolados de seus manes e de sua pátria-mãe. E, quando se impede um povo de expressar sua fé nos seus manes e nos seus deuses domésticos, tem-se o primeiro passo dado para torná-lo submisso, porque jamais recorrerá ao Deus do estranho a si e aos seus antepassados e, sem a proteção da fé, nenhum ser humano resiste [por muito tempo] e, como fim desta tortura imposta pelo agressor, acaba cedendo aos caprichos deste.

A escravização não tem a intenção somente de submeter o outro ao seu domínio e explorar a sua força de trabalho, porque para persistir, necessita subverter o espírito do indivíduo subjugado à crença dupla de que sua cultura e tudo o que ela representa é inferior à daquele que detém poder sobre si e ainda há que levar o indivíduo ou o povo subjugado a crer que a cultura do dominador e tudo o que ela representa é superior.

Por este motivo, se criar os mecanismos de apropriação de domínio subjetivo para além do domínio do corpo e da força de trabalho.

A intenção, não explícita, é a de manter um sistema que proporciona uma condição de inferioridade *ad infinitum* e mesmo que se crie e se aplique mecanismos de enfrentamento à problemática, os elementos não percebidos pela razão, impedem que se alcance resultados eficientes, inclusive no espaço de atuação escolar que, por mais que se queira alegar sua superioridade e neutralidade quanto aos acontecimentos sociais, este pensamento simplório, ingênuo e desprovido de lógica é a grande conquista do pensamento do *status quo* operante e dominante.

Neste sentido, Martins (1988, p. 17) vai afirmar que,

A sociedade atual muitas vezes dificulta reflexões, críticas e questionamentos sobre si própria. Tais fatos não produzem apenas a alienação dos seres humanos, mas também condições propícias ao aparecimento do preconceito. Uma sociedade pautada no preconceito é uma sociedade sem reflexão e sem razão.

No campo da Educação, engana-se o professor que alega em sua defesa que jamais fala contra a cultura alheia, especialmente contra os manes africanos, porque basta que ele se omita de oferecer espaço para os seus estudantes conhecerem e discutirem as crenças e os valores históricos de seus antepassados que já cuidou de manter o *status quo* de preconceito contra o outro. E a sua defesa apaixonada de que não possui preconceitos contra nada, contra nenhum tipo ou contra alguém já demonstra que não conhece a si mesmo e que, é exatamente por este motivo que se torna sujeito à manipulação obsessiva dos grupos dominantes.

Somente o autoconhecimento e o estudo sistemático sobre as culturas alheias se mostram capaz de proporcionar condições para que os envolvidos não sejam capturados nos discursos onde se fala mais alto a probabilidade estatística e a expropriação do direito de defesa. Martins (1998, p. 17) argumenta que,

O preconceito é constituído nas meditações da subjetividade e das relações sociais e, portanto, tanto o estudo desse tema como sua transformação são extensos, complexos e envolvem uma variedade de fatores que devem ser analisados, mesmo nas manifestações mais subjetivas e específicas de preconceito. Desse modo, o preconceito é produto e produtor das intermediações entre subjetividade e sociedade.

O terreno da subjetividade é um campo que se estende para além e para além do indivíduo, não sendo possível fazer a sua interpretação de maneira apressada e, quando em sala de aula, em que o mais comedido professor é pego soltando um suspiro de desalento quando um estudante negro faz-lhe uma pergunta, aparentemente simples e que, para este docente, qualquer um deveria saber, percebe-se que, existe ali, arraigado em seu inconsciente, uma forma de preconceito velado contra determinado grupo de estudantes.

Mecanismos de enfrentamento ao preconceito subjetivo com relação à cultura afro-brasileira

A principal forma de se combater *pré-conceitos* é através de estudos sistemáticos, profundos e categorizados na busca de um entendimento sólido sobre as coisas que são e sobre as coisas que não são, procurando entender e compreender porque em alguns momentos elas são discutidas e em outros não são. Não existe uma forma de extinguir ou, pelo menos, minimizar os impactos provocados por uma tradição de exclusão do saber apenas negando que tal e qual coisa exista, porque não pode ser vista e é por este viés que o preconceituoso continua a manter-se como tal, porque, em primeira instância se nega a refletir sobre suas atitudes cotidianas.

Não existe nenhum sentimento ou conhecimento, por mais subjetivo que seja transmitido ou adquirido através de *categorização osmótica*. Tudo no ser humano deve ser ensinado; portanto, o preconceito contra determinados grupos e aqui, tratamos dos grupos afrodescendentes e toda sua cultura [*em todos os vieses*], isto também obedece a padrões de construção histórica, em que toda uma pedagogia da exclusão foi pensada e aplicada sobre o tema, sempre com o viés da supremacia *dos valores brancos sobre os valores dos africanos e seus descendentes em terras brasílicas*. Destrói-se os valores de uma nação ou cultura e, tudo o que se segue é nada mais que consequência, não existindo um culpado para o problema suscitado e tudo o que se vem na esteira é tratado como sendo normal; como se a deterioração moral de um povo, uma nação, uma cultura, fosse a coisa mais natural de se fazer ou deixar acontecer. E, ao se questionar tais atitudes, haverá quem diga que cabe aos oprimidos que se levantem e se defendam contra as injúrias que sofrem.

Segue a este problema o fato de que os jornais têm realizado um imenso serviço negativo ao combate a todas as formas de preconceitos, especialmente contra as culturas de origem e orientação afro-brasileira, porque suas reportagens devem ser marcadas pelo sensacionalismo exacerbado, afetado, em que toda uma dramatização é

construída, em que toda a ação é exposta de maneira nítida, dispensando toda e qualquer análise do discurso, a análise do conteúdo e uma interpretação situacional.

Este tipo de preconceito subjetivo com relação à cultura de matriz africana, vai se assumindo como preconceito institucionalizado e sem perceber e, por esta razão, sem entender ou compreender os motivos, os assuntos envolvendo a história e a cultura afro-brasileira, vai sendo retirado do currículo até restar aquela parcela que a Lei 10.639/2003, obriga a sustentar e que termina relegado a uma mísera semana, dentro do ano letivo e em lugar desta toda uma cultura de oposição é ofertada como objeto de valor ao estudante e nas salas dos professores, muito comum ver-se profissionais dizerem que ensinam *aquilo* aos estudantes porque existe a força da lei a obrigar, porque de outra forma, aquelas blasfêmias não seriam apresentadas a eles.

Há que esclarecer que a referida lei [*supracitada*] que torna obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira tem como mote principal a justiça social, a promoção da igualdade racial, o desenvolvimento da negritude, enquanto movimento positivado para a elevação da autoestima de alunos/as negros/as e acima de tudo pela promoção do respeito pelas diferenças, sobretudo no contexto escolar. Dito isso, a não implementação da Lei 10.639/2003, ou mesmo trabalhos pontuais em novembro, descaracteriza o esforço canalizado pelo Movimento Negro ao longo da história desse país, a fim de garantir a inserção da cultura africana e afro-brasileira nos currículos escolares. Ainda em tempo, é importante salientar que para avançarmos no processo de implementação da Lei supracitada, se faz necessária formação continuada dos docentes, para não restringir uma temática tão importante, urgente e necessária a uma semana no mês de novembro; além disso, não pode ser vista e interpretada apenas como instrumento de combate ao racismo por parcelas mínimas de docentes que se identificam com a causa, motivação pessoal, militância. A Lei está aí e deve ser implementada como uma política pública de ação afirmativa, como um projeto de Estado e não de governo.

Outra situação ridícula ocorre quando o professor para se dizer isento de preconceitos se enfeita todo de indumentária afro-brasileiras para comemorar o *Dia da Consciência Negra* e a escola enche-se de cartazes com frases recortadas sobre humanismo, conscientização e combate a todas as formas de preconceito às crenças, religiões e cultura afro-brasileiras. Nada disto poderia mostrar-se mais caracterizante da situação de ignorância sobre o assunto em questão. Basta perguntar quando foi que o professor de literatura indicou um livro de um autor de origem africana e/ou afro-brasileira para que seus estudantes o lessem e elaborassem resenhas, organizar grupos de estudos ou sínteses. E o professor de Artes quando vai exhibir as pinturas do período

escravocrata brasileiro faz questão de mostrar o africano ou afrodescendente em trajes andrajosos e o patrão em roupas esbeltas, garboso e as mulheres, da mesma forma, em que as patroas são exibidas nas imagens dos quadros e dos livros didáticos com suas longas perucas loiras importadas da Inglaterra e as mulheres negras, sempre rebaixadas realizando serviços pesados, desprovidas de qualquer adorno que as encante.

Não precisa estereotipar através de vitupérios os afrodescendentes, nem dizer que é preconceituoso, porque as suas escolhas didáticas já dizem exatamente o que pensa sobre o tema e como o reflete sobre a realidade educacional. Este tipo de preconceito é um câncer na sociedade que vai fazendo sua metástase a partir do processo de formação educacional formal, quando se nega a pensar as formas de exposição a que cada cultura é apresentada aos estudantes. O que denota, diante de tais posturas, é que se mantém, “[...] por um lado, a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente” (BENTO, 2002, p. 31).

Nas aulas de história, ao tratar das batalhas em que o Brasil participou, omite-se que os afrodescendentes estiveram à frente e que foi graças ao seu empenho de guerra que a nação saiu vitoriosa. Pelo contrário, não nega sua participação, mas de igual forma, não se toca no assunto, logo, a ideia que se forma é a de que o africano e seus descendentes, nascidos aqui, serviam apenas para o trabalho braçal e exploração nos canaviais, cacauzeiros e outras modalidades.

Na Geografia, não se explica, talvez em virtude do processo de formação inicial do professor, que não teve contato com as discussões voltadas para a temática em questão que foi graças aos africanos que se tornou possível explorar ouro nas terras da Capitania de Minas Gerais, porque estes detinham conhecimento de escavação de minas e sabiam distinguir o ouro de tolo² do ouro real e também o diamante de tolo do diamante real.

Nas aulas de Língua Portuguesa, trata-se somente da origem da língua como sendo de origem europeia e, não se discute o quanto os africanos influenciaram na formação do Português brasileiro que hoje se fala. Estuda-se uma semântica de palavras que foram introduzidas por um viés eurocêntrico e nega-se ao estudante o contato com as vertentes do léxico africano.

² Nome popular dado à pirita de ferro devido ao seu brilho metálico e à cor amarelo-dourada, semelhante ao ouro. Pirita de ferro é um dissulfeto de ferro, FeS₂. Tem os cristais isométricos que aparecem geralmente como cubos, mas também frequentemente como octaedros ou piritoedro. Fonte: <<https://www.dicionarioinformal.com.br/ouro+de+tolos/>>. Acesso em: 14 dez. 2021.

Nisto, o que se tem é uma negação ao direito de conhecimento da cultura brasileira que, muito além de ser tratada como uma *miscigenação* de três culturas, o que já traz em si, um discurso mesquinho visando a esconder esta potencialidade de exploração semântico-cultural, é uma cultura sólida, mas que, para ser compreendida como tal, o estudante deve conhecer a fundo as bases epistemológicas e gnosiológicas que a sustentam como tal.

Considerações finais

O preconceito subjetivo com relação à cultura africana e/ou afro-brasileira é um problema estrutural que impede uma práxis pedagógica eficiente no quesito de formar um estudante que compreenda o significado de cultura como toda uma carga histórica que compõe o seu estofo pessoal.

Com relação à África e toda a sua composição histórica, o primeiro ponto a se considerar que, de uma maneira distinta, o conhecimento deste continente e todo o seu povo, com sua cultura e distinções, é a forma mais objetiva de aproximar-se de um entendimento da estrutura personológica do povo brasileiro.

Privado de parte da cultura que agrega elementos importantes e essenciais para a formação da estrutura personológica dos cidadãos brasileiros e cita-se aqui, a herança filogenética africana, com os seus valores, crenças e conhecimentos, o que se tem é um indivíduo que tenderá a exprimir atitudes preconceituosas por causa do desconhecimento e não necessariamente por que seja assim, por uma convicção legítima.

Os professores, desconhecedores que se tornam destas manobras políticas elaboradas por burocratas e lançadas sobre a escola, via currículo oficial e especialmente, via currículo oculto, terminam acreditando que estão a seguir ordens superiores, quando, de fato, eles mesmos sentem-se à vontade para negar aos seus estudantes este acesso mais amplo à cultura de seus ascendentes históricos. Não poderia ser diferente, porque o sistema social dominante é perverso e cria uma estratégia para que, ao longo de sua carreira estudantil, eles conheçam somente o que interessa ao *stablishment* e não ao que teria necessidade efetiva de conhecer para que pudesse formar uma consciência crítica sobre o todo.

Referências

- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.
- MARTINS, M. M. Reflexões sobre preconceito – em busca de relações mais humanas. **InterAÇÃO**, Curitiba, v. 2, p. 9-27, jan./dez. 1998.
- SÃO PAULO. SECRETARIA DO ESTADO DA EDUCAÇÃO – ASSESSORIA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE EDUCACIONAL. **A escola na luta contra a discriminação**. São Paulo: Fundação para Desenvolvimento da Educação, 1987.